

Estudo Técnico Preliminar 118/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23198.001747.2024-04

2. Descrição da necessidade

O IFMT, enquanto Instituição que oferta ensino público, deve prover os meios necessários para garantir a permanência do estudante na Instituição (combate a evasão), bem como o contínuo melhoramento de seu desempenho acadêmico. Um dos instrumentos de que dispõe a Instituição para atingir esses objetivos é a política de assistência estudantil. Tal política consiste num conjunto de ações que proporcionam os recursos mínimos para que o discente possa comparecer às aulas, tais como moradia, alimentação e transporte, bem como acesso aos instrumentais pedagógicos necessários a sua formação e o acompanhamento às necessidades educativas específicas, tendo em vista a permanência e o sucesso deste discente na escola.

Existem várias razões pelas quais essa instalação é justificada:

- a) A alimentação é fundamental para o desempenho acadêmico e a saúde dos estudantes. Com um refeitório no *campus*, os alunos terão acesso a refeições balanceadas e nutritivas, que contribuirão para sua concentração, energia e bem-estar geral;
- b) Muitos estudantes enfrentam dificuldades para encontrar opções de alimentação saudável e acessível nas proximidades dos *campi* em seus municípios. Ter um refeitório no local oferece conveniência, economizando tempo e esforço, especialmente durante os intervalos entre as aulas e atividades extracurriculares;
- c) O refeitório pode servir como um espaço de convivência onde os alunos podem interagir, fortalecendo os laços com seus colegas e promovendo um ambiente acadêmico mais coeso e inclusivo e contribuindo para a diminuição da evasão, como uma ação de permanência;
- d) Com um espaço dedicado para refeições, os estudantes são incentivados a permanecerem no *campus* durante os intervalos, contraturnos e até mesmo após o término das aulas para realizar atividades extracurriculares. Isso pode contribuir para um maior envolvimento com as atividades acadêmicas e sociais oferecidas pela instituição;
- e) Ao oferecer refeições preparadas no próprio *campus*, a instituição pode garantir a qualidade e a segurança dos alimentos servidos, atendendo aos padrões sanitários e proporcionando tranquilidade aos estudantes e suas famílias quanto à procedência e manipulação dos alimentos consumidos;
- f) No que tange aos alunos da educação básica, a inserção da alimentação e nutrição como eixo prioritário de atenção se consolida através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído pela LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009, que tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Dentro do contexto institucional, inúmeros esforços têm sido realizados nos últimos anos para que o PNAE seja executado. No entanto, os *campis* que não possuem restaurantes enfrentam o desafio de executar o PNAE sem estrutura física mínima de restaurante estudantil, equipamentos e mão-de-obra para produção e oferta de refeições nutricionalmente adequadas.

Portanto, a construção de um refeitório estudantil nos *campi* do IFMT é uma medida justificada que beneficiará significativamente os estudantes, proporcionando-lhes uma experiência acadêmica mais completa e satisfatória.

Conforme Art. 13 da Resolução CONSUP IFMT nº. 89/2022, a alimentação constitui uma das modalidades de assistência estudantil. Dessa forma, para que os *campi* do IFMT possam implementar de forma mais estruturada essa modalidade de assistência estudantil, que dispensa a necessidade de explicitação da sua extrema relevância no contexto de uma Instituição de ensino público, é fundamental a construção de espaço destinado à instalação de restaurante nas unidades.

Deve-se frisar que nos projetos de construção do campus Pontes e Lacerda, Sorriso, Sinop e Guarantã do Norte, esses *campi* ainda não foram contemplados com esse espaço, que é parte fundamental para o bom desenvolvimento educacional dos discentes, principalmente quando levamos em consideração aspectos sociais, já que grande parte dos alunos do IFMT vem de classes menos favorecidas financeiramente.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Direção Geral Campus Sinop	Rafael Martins Chaves
Direção Geral Campus Pontes e Lacerda	Vanderluce Moreira Machado
Direção Geral Campus Sorriso	Claudir Von Dentz
Direção Geral Campus Guarantã do Norte	Valdenor Santos Oliveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Relacionam-se diretamente ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar os seguintes instrumentos normativos:

- Lei Federal nº 14.133/21 (Dispõe sobre licitações e contratos administrativos;
- Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento e Gestão (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional);
- Instrução Normativa nº 58/2022 do Ministério da Economia (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital);
- Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil).
- Decreto nº 7.746/2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal).
- NBR 9050/2020 (acessibilidade);
- **E Todas as normas técnicas aplicáveis às obras de edificação.**

O rol de instrumentos normativos apresentados nessa relação é meramente exemplificativo, sendo de responsabilidade da contratada a observância de qualquer legislação e/ou norma técnica aplicável à execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.

Segundo o TCU, “o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional”(TCU. Acórdão nº 132/2008 Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.)

Os serviços referentes à presente contratação em questão não se enquadram como serviços continuados, pois apesar de sua não execução ou interrupção comprometer as atividades da Administração e sua contratação poder estender por mais de um exercício financeiro, o objeto da contratação não é habitual e nem mesmo essencial no que tange a necessidade a manutenção do contrato. Os serviços considerados não continuados são aqueles que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico, em um período predeterminado, podendo ser prorrogado (IN 05/2017 MPDG), que é o caso objeto desta contratação.

A Lei n. 14.133, de 2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos – em seu art. 6º, incisos XII e XXI, estabelece as definições de obra e serviço de engenharia se valendo da referência à dimensão da alteração, nos seguintes termos:

Obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.

Serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem: a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

Nesse contexto, a presente contratação será enquadrada como **obra**, considerando que o objeto inova o espaço físico ou altera substancialmente as características do imóvel.

Desta forma, o objeto em questão deverá ser licitado via **Concorrência**, na forma **eletrônica**, nos termos do Art. 28, Inc. II, da Lei nº 14.133/2021.

Outro ponto que deve ser analisado refere-se ao critério de julgamento que será empregado no certame. Considerando que a obra a ser executada não é dotada de complexidade acima do normal para a área de construção civil, entendemos que o critério de julgamento adequado para a contratação em apreço é o **maior desconto**.

REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

A empresa deverá para fins de comprovação de qualificação técnica na fase da habilitação, apresentar declaração indicando possuir profissional de nível superior: Engenheiro Civil/Arquiteto, registrado no CREA/CAU, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica/Registro de Responsabilidade Técnica emitido pelo CREA/CAU, de características semelhantes ao objeto desta licitação devendo constar nome, CPF e número de registro na entidade profissional competente.

A CONTRATADA deverá apresentar os documentos referentes ao registro ou à inscrição da LICITANTE na entidade profissional competente (CREA/CAU), em plena validade, comprovando estar apta ao desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação.

Comprovação da capacidade técnico-profissional – apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação;

A CONTRATADA deverá apresentar os documentos referentes ao registro ou à inscrição da empresa LICITANTE na entidade profissional competente (CREA ou CAU), em plena validade, comprovando estar apta ao desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação, conforme art. 59, da Lei no 5.194, de 24 de dezembro de 1966;

Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

Comprovação técnico-operacional – apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

Na presente licitação, será aceito o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, conforme defende a jurisprudência do TCU, e em razão da baixa complexidade do objeto.

Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato.

A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta.

SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da baixa complexidade do objeto.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, para maior segurança da Administração quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, inclusive indenização a terceiros e liquidação de multas convencionais porventura aplicadas à Contratada por falhas a ela associadas durante a execução, considerando o valor da contratação e por se tratar de obra de engenharia. As regras constarão no Termo de Referência.

VISTORIA

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 12:00 horas, e das 14:00 horas às 18:00 horas (horário de Brasília/DF).

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria além do Termo de Vistoria (ANEXO V) preenchido no momento da habilitação.

Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração (Declaração de Dispensa de Vistoria - Anexo VI) assinada por seu responsável acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

As obras serão executadas nos respectivos endereços:

a) IFMT - *Campus* Pontes e Lacerda

Endereço: Rodovia MT 473 s/n, saída para o Matão, Bairro: Jardim Morada da Serra, CEP: 78.250-000, na cidade de Pontes e Lacerda - MT;

b) IFMT - *Campus* Sorriso;

Endereço: Av. dos Universitários, 799 - Santa Clara, CEP: 78.890-000, Sorriso - MT;

c) IFMT - *Campus* Sinop;

Endereço: Rua Ucayali, Quadra 19, Lote 01, Loteamento Residencial Iguatemi, CEP: 78554-335, Sinop - MT;

d) IFMT - *Campus* Guarantã do Norte.

Endereço: Linha páscua, Lote 471, Zona rural, CEP 78.520-000, Guarantã do Norte - MT.

DA SUSTENTABILIDADE

As ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo, para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental e para a prevenção e o gerenciamento dos resíduos da construção.

Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos.

A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção.

Adotar práticas sustentáveis, como as previstas no art. 4º do Decreto 7.746, especialmente: preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável.

5. Levantamento de Mercado

O mercado de potenciais prestadores de serviço é bastante vasto, uma vez que as tecnologias e rotinas gerais para sua execução são relativamente simples, não se vislumbra outras soluções de mercado fora a contratação de empresa para a prestação dos serviços, visto que inexistente no quadro funcional típico no IFMT para execução desses serviços, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração. Portanto, não se faz necessária ampla prospecção junto ao mercado de soluções que possa atender à demanda apresentada.

Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes: I - empreitada por preço unitário; II - empreitada por preço global; III - empreitada integral; IV - contratação por tarefa; V - contratação integrada; VI - contratação semi-integrada; VII - fornecimento e prestação de serviço associado.

Tais regimes de contratação apresentam as seguintes características:

- Empreitada por preço unitário: quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;
- Empreitada por preço global: quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;
- Contratação por Tarefa: quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;
- Empreitada integral: contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional;

Contratação integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

- Contratação semi-integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

- Fornecimento e prestação de serviço associado: regime de contratação em que, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado.

Tarefa não se aplica à presente contratação pois não há preponderância da utilização de mão de obra, mas a conjugação de bens e atividades. No caso da obra objeto deste estudo os dois regimes mais adequados de serem utilizados é o de: Empreitada por Preço Global ou o de Empreitada por Preço Unitário. Dessa forma, cabe analisar qual desses dois regimes é o mais adequado à realidade do *Campus* e ao contexto da obra. Considerando ainda a orientação das licitações e contratações de obras e serviços de engenharia serão adotados, preferencialmente, os regimes empreitada por preço global, empreitada integral, e contratação integrada.

O Quadro 02 apresenta as principais vantagens e desvantagens do Regime de Empreitada por Preço Global. O Quadro 03, por sua vez, apresenta as vantagens e desvantagens do Regime de Empreitada por Preço Unitário.

Quadro 02 – Vantagens e desvantagens do Regime de Empreitada por Preço Global [2]

EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL		
Vantagens	Desvantagens	Indicação
<p>Simplicidade nas medições (utilização de etapas);</p> <p>Menor custo para a Administração durante a fiscalização da obra;</p> <p>Valor final do contrato é, em princípio, fixo;</p> <p>Restringe os pleitos da contratada e a consequente celebração de aditivos;</p> <p>Dificulta o jogo de planilha;</p> <p>Incentiva o cumprimento de prazo, pois o contratado só recebe quando conclui uma etapa.</p>	<p>Em função dos riscos serem maiores, existe uma tendência dos preços ofertados pelas licitantes também serem mais altos;</p> <p>Tendência de haver maior percentual de riscos e imprevistos no BDI do construtor;</p> <p>O projeto básico utilizado para a contratação deve possuir elevado grau de detalhe.</p>	<p>Contratação de estudos e projetos;</p> <p>Elaboração de pareceres e laudos técnicos;</p> <p>Obras que apresentam boa precisão na estimativa de quantitativos;</p> <p>Construção de edificação;</p> <p>Linhas de transmissão.</p>

Quadro 03 – Vantagens e desvantagens do Regime de Empreitada por Preço Unitário [3]

EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO		
Vantagens	Desvantagens	Indicação
<p>Paga-se apenas pelos serviços efetivamente executados;</p> <p>O risco para a contratada é menor, uma vez que não há risco relacionado aos quantitativos;</p>	<p>Necessário maior rigor nas medições dos serviços;</p> <p>Maior custo para fiscalização da obra;</p> <p>Permite com maior facilidade o jogo de planilha;</p>	<p>Serviços de gerenciamento e supervisão de obras;</p> <p>Obras que apresentam incertezas intrínsecas nas estimativas de quantitativos;</p>

Em função do menor risco, a contratação pode ocorrer por um preço menor;	Necessidade de um maior número de aditivos;	Implantação, pavimentação, duplicação e restauração de rodovias;
O grau de detalhamento do projeto pode ser inferior ao necessário para contratar-se por empreitada por preço global;	Maior incerteza quanto ao preço final do contrato;	Canais, barragens, adutoras e obras de saneamento;
	Não incentiva o cumprimento de prazos, pois independentemente de atraso ou não, ocorre o pagamento por tudo que foi feito.	Obras portuárias, dragagem, e derrocamento;
		Reforma de edificações.

Considerando as informações presentes nos quadros, entendemos que o regime de empreitada mais adequado à presente contratação é o de **Empreitada por Preço Global**. Chegou-se a essa conclusão devido aos seguintes pontos:

- a) Os *campi* não dispõe de engenheiro civil em seu quadro, o que inviabiliza a possibilidade de se constituir uma comissão de fiscalização local, com membros da área técnica, para acompanhar a execução da obra;
- b) O histórico das obras realizadas pelo IFMT tem demonstrado que a utilização do regime de empreitada por preço unitário, aliado à utilização de projetos com falhas, redundância na celebração de diversos aditivos de prazos e aditivos de valores.

Para o prosseguimento do processo licitatório é indispensável a participação do profissional habilitado da área, para elaboração dos projetos de engenharia e da planilha orçamentária contendo especificações dos serviços a serem executados, com a correspondente Anotação, Registro ou Termo de Responsabilidade Técnica – ART/RRT/TRT, a qual está sendo plenamente atendida no Processo SUAP nº 23198.001747.2024-04.

6. Descrição da solução como um todo

Trata-se de contratação de empresa especializada para execução da obra de edificação dos Restaurantes Estudantis dos seguintes *campi* do IFMT: Ponts e Lacerda, Sorriso, Sinop e Guarantã do Norte, com fornecimento de materiais, conforme planilha e especificações contidas no edital e em seus anexos, sob regime de **empreitada por preço global**. A presente licitação deverá ocorrer via **Concorrência Eletrônica**, do tipo **maior desconto**.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos dos serviços a ser contratados estão devidamente elencados nos Projetos de Engenharia, presentes no Processo SUAP nº 23198.001747.2024-04.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 13.507.663,72

O valor estimado da presente contratação seguiu os parâmetros do Art. 23, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021. As estimativas de preços estão compatíveis com os quantitativos levantados nos projetos de arquitetura e engenharia e os custos do SINAPI.

O valor estimado da presente contratação foi devidamente levantado por profissional habilitado da área de Engenharia Civil, conforme está documentado nas planilhas orçamentárias presentes no Processo SUAP nº 23198.001747.2024-04.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Dada a natureza do presente objeto, não é tecnicamente nem economicamente viável o seu parcelamento, por três motivos principais:

- Economicidade do erário público: cada item tem sua peculiaridade e no caso de contratação dos serviços separadamente, haverá a necessidade de pagamento de engenheiro, arquiteto, taxas/impostos e canteiro de obras para cada empresa separadamente, o que acarreta em aumentar o custo global da execução dos serviços;
- Sequência dos serviços: o objeto de cada item é composto, em sua grande maioria, por serviços cuja relação de dependência entre eles é Início-Término (IT), ou seja, um serviço só começa após o término do outro. Este fator impossibilita o trabalho simultâneo de duas ou mais empresas.
- Técnica: Tecnicamente os serviços contratados são de construção civil e a execução por entes diferentes leva a perda da garantia do serviço, caracterizando o mau emprego dos recursos públicos.

O objetivo é contratar uma única empresa para cada item do certame (licitação por item), a qual será responsável por toda a execução dos serviços e fornecimento dos materiais utilizados, não havendo prejuízo para o conjunto, reduzindo os gastos com diversas licitações, e evitando-se maiores custos com itens desertos que necessitarão ser licitados novamente, atrasando assim, a execução dos serviços já contratados. Esse é o comando que se forma do inciso II do § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/21.

É importante considerar que o não parcelamento não restringe a competitividade das empresas, pois os serviços pretendidos juntamente com os respectivos materiais fazem parte do mesmo segmento de mercado das empresas especializadas, não implicando em restrição de competitividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não necessita contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, sendo a contratação gerenciada diretamente entre a Administração Pública e o fornecedor.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto nos Planos de Contratações Anual 2024, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas conforme detalhamento a seguir:

a) *Campus Pontes e Lacerda*:

ID PCA no PNCP: 10784782000150-0-000016/2024
Data de publicação no PNCP: 19/03/2024
Id do item no PCA: 239
Classe/Grupo: 541 SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
Identificador da Futura Contratação: 158495-67/2024

b) *Campus Sorriso*:

ID PCA no PNCP: 10784782000150-0-000007/2025
Data de publicação no PNCP: 20/06/2024
Id do item no PCA: 64
Classe/Grupo: 541 SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
Identificador da Futura Contratação: 158950-16/2025

c) Campus Sinop:

ID PCA no PNCP: 10784782000150-0-000014/2024

Data de publicação no PNCP: 04/07/2023

Id do item no PCA: 1690

Classe/Grupo: 541 SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

Identificador da Futura Contratação: 158144-484/2024

d) Campus Guarantã do Norte:

ID PCA no PNCP: 10784782000150-0-000014/2024

Data de publicação no PNCP: 07/07/2023

Id do item no PCA: 1691

Classe/Grupo: 542 SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

Identificador da Futura Contratação: 158144-485/2024

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Garantir o atingimento do seguinte objetivo estratégico presente no Plano de Desenvolvimento Institucional vigente: Melhorar a qualidade do ensino nos diferentes níveis e modalidades.

Prover estrutura física adequada para funcionamento de restaurante estudantil nos *campi* Pontes e Lacerda, Sorriso, Sinop e Guarantã do Norte.

Assegurar o cumprimento das diretrizes dos recursos disponibilizados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Reduzir a evasão escolar.

Melhorar o desempenho acadêmico.

Promover a inclusão social.

Estimular a convivência e integração entre os estudantes.

Atender às demandas da comunidade acadêmica.

Garantir segurança alimentar aos alunos.

Ser uma ferramenta importante de permanência e êxito dentro do processo de ensino-aprendizagem.

Melhorar os processos de distribuição dos recursos da assistência estudantil.

13. Providências a serem Adotadas

A administração deverá nomear fiscal técnico e integrante administrativo para acompanhamento da execução dos serviços, garantindo assim que os mesmos estejam de acordo com o estabelecido no termo de referência.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O serviço objeto desta contratação apresenta impacto ambiental irrelevante, porém deveram ser observados alguns pontos:

- Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

- Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima do recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil polibromados (PBDEs).

Na contratação em questão a contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade, inseridos agora nos princípios da aplicação da Lei nº 14.133/2021.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Analisando apenas os critérios de conveniência e oportunidade (discricionariedade administrativa) e sem adentrar nos méritos da análise de legalidade, cuja competência é da Procuradoria Federal Junto ao IFMT, nem nos méritos técnicos, cuja competência é do Escritório de Infraestrutura do IFMT, entendemos que a contratação da obra em questão deve se dar através de certame licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica, critério de julgamento Maior Desconto, Regime de Empreitada por Preço Global.

Por fim, caso o Ordenador de Despesas acate as conclusões e levantamentos realizados neste estudo técnico, o setor competente poderá utilizar as informações presentes neste planejamento prévio para elaborar o Termo de Referência da licitação a ser realizada.

(x) Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante a IN nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RONI FIDELIS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/12/2024 às 16:57:14.

NILDA DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/12/2024 às 18:50:00.

EDMUNDO LEITE XAVIER NETO

Membro da comissão de contratação

*Assinou eletronicamente em 13/12/2024 às 17:30:38.***TATIANE DO NASCIMENTO**

Membro da comissão de contratação

*Assinou eletronicamente em 13/12/2024 às 18:16:03.***JOSIELE MAIARA FUZINATO**

Membro da comissão de contratação

*Assinou eletronicamente em 13/12/2024 às 20:47:57.***ISAEER DE MATOS PORFIRIO**

Membro da comissão de contratação

*Assinou eletronicamente em 13/12/2024 às 20:49:51.***FATIMA ELIZABETE DOS REIS MATIAS**

Membro da comissão de contratação

*Assinou eletronicamente em 13/12/2024 às 18:20:45.*

RICARDO AUGUSTO MORAES ZAQUE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/12/2024 às 17:29:02.

Documento Digitalizado Público

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR RETIFICADO PÓS PARECER JURÍDICO

Assunto: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR RETIFICADO PÓS PARECER JURÍDICO
Assinado por: Roni Fidelis
Tipo do Documento: Estudo Técnico Preliminar Digital
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo de Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ Roni Fidelis, COORDENADOR(A) - FG0001 - PLC-CPR, em 16/12/2024 09:42:32.

Este documento foi armazenado no SUAP em 16/12/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 852339
Código de Autenticação: a00fe57681

